

II JORNADA DE DIREITO CIVIL

NILSON VITAL NAVES

*Presidente do Superior Tribunal de Justiça
E do Conselho da Justiça Federal*

Ao instalar esta etapa da II Jornada de Direito Civil, voltada ao debate de temas sumamente importantes, quero expressar meu desejo de que esses encontros se tornem não só um veículo de aprimoramento e modernização, mas também uma tradição entre magistrados, profissionais do Direito, estudantes e membros da sociedade. Pretendemos nós do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal ver fortalecido, no correr dos anos, tal desiderato. Nesse intento, contamos com o proficiente trabalho do Centro de Estudos Judiciários, dirigido pelo Ministro Ari Pargendler, e, nesta jornada, com a valiosa atuação dos ilustres coordenadores Ruy Rosado e Paulo Khouri.

Na verdade, estudiosos e especialistas do Brasil e de Portugal, buscando a confluência de uma visão binacional, estarão debruçados sobre temas considerados palpitantes haja vista o momento histórico de transição do novo ordenamento civil brasileiro. Sobressaem entre eles responsabilidade civil, enriquecimento sem causa, Direito das Coisas, usucapião, boa-fé e função social do contrato, responsabilidade pré-contratual, Direito de Família e onerosidade excessiva, também discutidos no primeiro estágio desta jornada, realizado em Recife, o qual produziu resultados que nos deixaram mais decididos a buscar o real delineamento do alcance dos novos dispositivos. Nos dias 24 e 25, Porto Alegre terá o privilégio de abrigar a terceira etapa de tão oportuno fórum.

O que significa discutir com outro país as inovações e as necessidades legislativas? Significa ampliar horizontes e compartilhar experiências. De modo geral, países com tradições semelhantes possuem



<http://bdjur.stj.gov.br>

Palavras proferidas na abertura do evento no Superior Tribunal de Justiça em
20.11.2003.

problemas semelhantes. Por meio do estudo comparativo, alternativas são reveladas, e diferentes percepções daí advindas podem servir ao aperfeiçoamento das instituições. Enfim, tal método proporciona, além de novas soluções para a reforma dos sistemas judiciais, um melhor entendimento da codificação vigente. Esse é o caso do Brasil e Portugal, cujos laços mais se estreitam devido à língua portuguesa, que nos identifica e irmana.

Boa parte da gênese da ciência jurídica nacional está em terras lusas, porquanto o Direito brasileiro foi transplantado como elemento da cultura portuguesa em virtude do descobrimento e da colonização. Ao longo dos anos, todavia, modificou-se consideravelmente, tanto devido a outras influências quanto às condições de aplicação e ao surgimento de forte direito consuetudinário, imposto por nossa realidade. Ainda no século XIX, nosso Direito conquistou independência e alcançou a própria identidade, é certo, mas isso não implica dizer que não careça de uma abordagem densa e plural das questões jurídicas que surgiram de lá para cá, sobretudo com a instituição do novo Código Civil.

Quanto a Portugal, sua integração à União Européia trouxe-lhe nova realidade socioeconômica, bem como interferiu diretamente em sua legislação. Não há, portanto, melhor momento para a discussão, de forma integrada, dos recentes movimentos em torno dos sistemas jurídicos lusitano e brasileiro.

No Brasil, o texto do novo ordenamento civil procurou adequar a legislação à realidade dos tempos modernos, convertendo em lei as questões já consagradas pela melhor doutrina e jurisprudência; trouxe a lume princípios programáticos da Constituição de 1988 diretores das relações sociais, os quais são imprescindíveis à formação dos negócios jurídicos em geral, com o objetivo salutar de erigir uma sociedade mais justa e mais humana, condizente com os anseios de cada cidadão.



No dizer do professor Miguel Reale, o Código Civil em vigor “exprime as diretrizes primordiais da existência cotidiana, na concreção do que devemos ser enquanto cônjuges, pais e filhos; enquanto sujeitos de direitos e obrigações na vida civil e empresarial (...); enquanto proprietários – e da propriedade devemos usar em seu sentido e alcance sociais; enquanto testadores ou herdeiros; em todas as situações (...) em que desenvolvemos o nosso ser pessoal numa viva comunhão de interesses e de afetos”.

Não obstante tudo isso, há, com o novo Diploma, um campo fértil para o Judiciário aplicar as modernas tendências e exercer sua função de pacificador das relações, pois cabe aos magistrados – autênticos intérpretes da legislação – preencher, com racionalidade, as lacunas dos dispositivos legais. É consabido que, diante das normas genéricas, o juiz pode adotar um posicionamento criativo, a fim de encontrar o equilíbrio entre o fato, o valor e a norma, aplicando com sensatez as regras jurídicas ao caso concreto. Essa postura é válida, mormente em se tratando do Direito Civil, cujo ordenamento, em fase de acomodação, é, ainda, objeto de estudos, dos quais têm resultado, no campo legislativo, salutares propostas de emendas.

Pelo visto, há trabalho a ser executado com urgência. Além de institutos já conhecidos e consagrados, há novidades a convocarem a atenção e o talento dos estudiosos. Indispensável, por conseguinte, que concentremos nossos esforços para completar a obra de consolidação do novo Código. Nessa ingente tarefa, é indubitável, não podemos perder de vista este ensinamento de Jean Carbonnier: “Família, propriedade, contrato são, por tradição, os três pilares da ordem jurídica”.

E certo é que o encontro ora instalado – momento de amadurecimento de idéias e de construção do saber – fará com que o Brasil e Portugal avancem mais e mais no tratamento de tão relevantes



temas e consolidem um entendimento equânime em torno da ciência jurídica e da justiça, tudo em prol do bem-estar da sociedade.

Muito obrigado a todos.

